



Macroprojeto *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*
Projeto de Criação e Editoração do Periódico Científico Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705)
– versão *on-line*, de autoria da Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos.

Editora: Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos (Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*) - <http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>
<http://www.valdecio.bio.br/revista.html>

Revista indexada em:

NACIONAL

WEBQUALIS - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> - CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério de Educação - Brasil): - WebQualis/áreas de conhecimento (triênio 2010-2012) - **Educação: B4, Psicologia: B3, História: C e Artes – Música: C**
GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

INTERNACIONAL

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) - <http://www.crefal.edu.mx>
DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>
GOOGLE SCHOLAR – <http://scholar.google.com.br>
IRESIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>
LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

n. 13 (jul. – dez. 2012), dez./2012

ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A FAMÍLIA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

ANALYSIS OF SPEECHES ON THE BRAZILIAN FAMILY

Kamila Amorim

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei
E-mail: kamila.amorim3@gmail.com

Laerthe de Moraes Abreu Junior

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba
Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de São João del-Rei
E-mail: laerthejr@yahoo.com.br

RESUMO

A intenção deste trabalho é promover uma reflexão a respeito dos discursos sobre a família e sua configuração na sociedade brasileira a partir de enunciados de cunho moral, religioso e patriótico, de meados do século XIX até a década de 1920, visto que um suposto modelo de família inspirada nos moldes europeus esteve muito presente neste período. O que se pretende é apresentar um estudo historiográfico sobre a diversidade da configuração familiar no Brasil, seus múltiplos arranjos e variações, que se forjaram de acordo com as características de uma sociedade em formação recebendo forte influência europeia. No que diz respeito à metodologia, foi realizado um estudo de conceitos que fundamentam uma pesquisa sobre discursos a respeito da família brasileira na perspectiva da História da Educação. O objetivo é de confrontar diferentes perspectivas de discursos sobre a família no sentido de problematizar a respeito da aceitação da idealização de uma determinada forma de organização familiar do tipo pai, mãe e filhos, como uma disposição naturalmente estruturada dessa formação social. **Palavras-chave:** História da Educação. Historiografia. Família. Discurso. Moral.

ABSTRACT

This work aims to promote a reflection on the discourses about the family and its configuration in Brazilian society based on statements of moral, religious and patriotic nature, in the mid-nineteenth century until the 1920s, since a supposed family model inspired in the European manner was very present in this period. It is intended here to present a historiographical study on the diversity of family configuration in Brazil, its multiple variations and arrangements, which were forged according to the characteristics of a society in formation getting strong European influence. Regarding the methodology, it was realized a study of the concepts that underlie the research on discourses about the Brazilian family under the perspective of the History of Education. The aim is to confront different discursive perspectives on the family, in order to problematize about the acceptance of the idealization of a particular form of family organization composed by father, mother and children, as a naturally structured arrangement of this social formation. **Keywords:** History of Education. Historiography. Family. Discourse. Moral.

INTRODUÇÃO

Hoje, a História da Educação se caracteriza como território de investigação que incorpora temas variados e reconfigura seus objetos de pesquisa, organizando campos de investigações, na articulação com diversos métodos investigativos e outras áreas do conhecimento. Assim a História

Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez./2012.

da Educação é um campo de relações estreitas com a sociologia, a antropologia, a economia, estatísticas, entre outras.

Foi no século XX, no âmbito acadêmico, que a História da Educação brasileira se constituiu, inicialmente como uma disciplina escolar. Com o passar dos anos, por volta de 1950, lançou mão do conceito da “historiografia”, referindo-se à multiplicidade no fazer história.

Desta forma, para se realizar uma pesquisa historiográfica, é necessário uma produção articulada com conhecimentos sócio-econômicos, políticos e culturais. Considerando sempre que “o objeto da história é, por natureza os homens”, “a história é antes de tudo a ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p.54).

Já há algum tempo, por intermédio de seus historiadores de ofício, a disciplina História tem sido acompanhada da discussão sobre sua identidade, limites e fronteiras. Há que se grifar o fato de que a História é a única disciplina entre as chamadas ciências humanas que elaborou seu instrumento endógeno de crítica, conferindo-lhe estatuto epistemológico: a historiografia. (FREITAS, 1999, p.12).

Nesse sentido, foi feita a opção por apresentar e analisar os discursos sobre a família presentes na sociedade brasileira, no período que abarca meados do século XIX até a década de 1920. Por se tratar de uma pesquisa histórica, explorou-se a influência epistemológica dos historiadores dos *Annales*, Bloch e Febvre. Na perspectiva destes autores há uma nova concepção de se fazer história, contrária à história convencional, ligada principalmente a questões políticas, seleção de feitos históricos relevantes ou dignos de nota, a partir de personagens considerados ilustres na sociedade. Eles propuseram a história nova, passando a considerar também as múltiplas atividades da vida social e humana consideradas tão importantes quanto os feitos dos ditos personagens ilustres. Neste contexto se insere uma pesquisa sobre a família considerada como uma configuração social merecedora de um estudo histórico.

O objetivo deste trabalho é também trazer um questionamento sobre a família, entendida como uma estrutura monolítica. Preferimos entendê-la tal como um prisma em que suas superfícies refratam a luz em suas cores de espectro. A família nessa analogia poderia ser analisada a partir da dispersão dos enunciados e de diferentes discursos tal como um prisma, em que a separação da luz em suas variadas cores do espectro se apresentam de formas diferenciadas ao olhar.

Foram utilizados os aportes teóricos de autores como: ALGRANTI, 1997; MATTOSO, 1988; SAMARA, 1987; VAINFAS 1997, que se ocupam em estudar a história da família na sociedade europeia no século XIX e no Brasil nos séculos XIX e XX, entendendo ser o modelo europeu de organização familiar trazido ao Brasil pela família real e colonos portugueses.

A CONFIGURAÇÃO DA FAMÍLIA NO BRASIL – UM MODELO EUROPEU?

O modelo de família presente no Brasil, ainda nos dias atuais, tem relações que a remete à organização da sociedade europeia no século XIX. A coleção *História da vida privada*, uma obra enciclopédica extensa e detalhada que traz relevantes contribuições de diferentes autores sobre temas que se entrelaça na constituição da dinâmica familiar, se ocupa em descrever e apresentar

aspectos do cotidiano e de costumes ao longo do processo histórico da formação da família no Ocidente.

No quarto volume intitulado: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, autores como Michele Perrot, Anne Martin-Fugier, Alain Corbin, entre outros, apresentam um panorama do século XIX em que os símbolos da vida familiar e doméstica podiam exercer um efeito político para além da esfera privada, durante esse período de instabilidade e de transição da esfera da vida privada, em que os europeus vivenciavam o limiar da revolução francesa com as concepções de igualdade, liberdade e fraternidade. A fraternidade, por exemplo, foi substituída por um novo modelo de esquema familiar, antes apresentado como um modelo monárquico, em que havia forte hierarquização nas relações, com a presença dominante da figura paterna, tão relevante como um “rei” do lar, ou casa.

112

Nesse contexto, o pai era apresentado como a figura mais importante da família: “o pai domina com toda a sua estatura a história da vida privada oitocentista” (PERROT, 1991, p.121) e a figura da mulher era aquela que se apresentava submissa e obediente. Pais e filhos naquele século eram vistos como o centro da família, objeto de investimentos afetivos, econômicos, educativos e existenciais, sendo que o carinho e a familiaridade na relação cotidiana entre pais e filhos variavam da cidade para o campo, assim como o meio social onde as demonstrações de ternura se apresentavam mais ou menos efetivamente.

A família no limiar do século XIX era vista não apenas como um conjunto de patrimônio, mas também como um capital simbólico de honra. A honra era percebida de modo geral, de forma mais moral e biológica do que econômica. Tudo que desqualificava o nome, a reputação, se configurava como uma ameaça para os que tinham um grande interesse em zelar por uma boa reputação. Filhos ilegítimos, considerados até como erros sexuais, filhos anormais, eram objetos de uma censura muito maior do que a falência, por exemplo.

A sexualidade era vista como objeto de apreensão entre os membros da sociedade. “A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: ela parece difundir uma sexualidade que na realidade reflecte e difracta” (FOUCAULT, 1994, p. 144).

Uma exigência incessante nasce então da família: exigência de que a ajudem a resolver esses mecanismos de infelizes da sexualidade e da aliança; e, apanhada na armadilha por este dispositivo de sexualidade que a investira do exterior, que contribuía para solidificá-la sob a sua forma moderna, lança para os médicos, para os pedagogos, para os psiquiatras e, também, para os padres e para os pastores, para todos os peritos possíveis, a longa queixa do seu sofrimento sexual. (FOUCAULT, 1994, p.113).

Os adolescentes e as mulheres eram identificados como portadores de perigo em potencial. Os adolescentes, pela puberdade ser considerada um período conturbado, com crises de identidade, momentos de desequilíbrio e de fragilidade para a formação do futuro. Sobre a puberdade, encontramos no livro VI do Emílio de Rousseau a definição desse estágio como uma fase de mudança e de perigo uma vez que a criança - isto é, o menino - sai da infância, e nessa transição há “uma mudança no humor, arroubos frequentes, uma contínua agitação de espírito tornam a criança quase indisciplinável. Torna-se surda à voz que a fazia ficar dócil; é um leão em sua febre” (ROUSSEAU, 286, 2004). Essas condições representavam um perigo não só para os próprios

adolescentes, como para toda a sociedade, que poderia vê-los como possíveis futuros criminosos visto que estavam, com tal inquietude, suscetíveis a perderem a governabilidade, e a condição moral.

A masturbação e a homossexualidade também eram monstros que poderiam surgir na fase das paixões aqui apresentada e estavam incluídas na mesma classificação que crimes e perversões sexuais como o estupro e o incesto. No caso das mulheres, a sexualidade também era alvo de preocupação. Muitas vezes eram vistas como as que traziam a desgraça, posto que tinham a possibilidade de provocar sexualmente os homens. Durante muito tempo – e não foi diferente na Europa oitocentista - a sexualidade feminina era vigiada e controlada pela Igreja, que inculcava a infidelidade conjugal como o ato mais grave do que qualquer pecado. As mulheres – e havia uma expectativa de que todas também deveriam ser mães- eram consideradas os pilares morais da Igreja. Quanto ao adultério desde que praticado pelos homens, poderia ser compreendido como um ato merecedor de tolerância.

Em resumo: tanto a virilidade do homem quanto a virgindade da mulher eram tabus mantidos pela moral patriarcal. Essas questões relativas à sexualidade da forma aqui apresentadas estavam em destaque na Europa desde os anos da revolução francesa, passando pela primeira guerra. Pode-se notar naquele momento a confluência da Igreja Católica e da autoridade patriarcal em moldar a família segundo interesses comuns.

A partir dos apontamentos apresentados acima, percebe-se que, entre outras coisas, existe uma semelhança com as práticas sociais relativas à família no Brasil, não só ao longo de sua constituição, mas ao longo dos anos que se estenderam até 1920. Estes são discursos e práticas fáceis de serem identificadas nos dias de hoje. Como é o caso do obsessivo desejo de controlar os corpos, do recalque, o olhar para o adolescente, a visão direcionada às mulheres e o machismo ainda presente na sociedade.

Ao trazer a questão para o Brasil, lê-se em Samara que a “família seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado assim, um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras na sua essência” (SAMARA 1987 p.30).

Nos primeiro séculos da colonização do Brasil, entretanto, a organização familiar apresentava singularidades próprias em sua configuração. A formação familiar e a vida doméstica foram se constituindo com signos próprios, mas ainda sob forte influência de costumes europeus. O modo de vida na colônia, escravista e poligâmica, com a chegada da família real em 1808, foi posto à prova, como apresenta Almeida (1987):

A literatura romântica do século XIX mostra abundantemente o papel “europeizante” da corte portuguesa, ela mesma “recém-europeizante” pelas mãos do “estrangeirado” Pombal, nos fins do século XVIII, depois de mais de 200 anos de isolamento e de convivência com a Inquisição. Mas bem antes que o fenômeno da mundanização assumisse qualquer consistência para além da superficialidade de uma nova moda, chega uma outra influência, com a marca da burguesia industrial europeia, e cujo peso, reforçado pela ação dos higienistas, foi magistralmente analisado por J. F. Costa. O movimento a que esse autor deu o nome de “aburguesamento” atuou no sentido inverso: levar a mulher de volta para a casa, mas agora para ser a “rainha do lar”, a mãe ativa, competente, dedicada, e diligente, misto de ama, enfermeira e professora. (ALMEIDA, 1987, p. 62).

A constituição dessa construção social, a família no Brasil, assim como observa Corrêa, no livro *Colcha de retalhos*, (1993) definiu-se como “a família patriarcal”¹, um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem ao passar dos anos.

A família patriarcal é, portanto, o ponto de partida, que tem seu modelo no pátrio-poder ilimitado, um poder de propriedade dos homens dentro também de uma perspectiva de moral católica. Nesta constituição de lar católico era apregoado, entre os indivíduos, um discurso sobre a necessidade de adotar, para a constituição da família, a monogamia formal.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1961), incubiu-se de mostrar o caráter poligâmico dessa família patriarcal que se formava no Brasil. Longe de se apresentar como a Igreja Católica queria, Freyre relata, entre outros aspectos, o comportamento dos homens, no que diz respeito ao casamento, que coloca em questão, por exemplo, a monogamia, pois o homem branco procura “todas as relações heterossexuais e ativas possíveis, com tudo o que lhe passasse pela frente, das frutas às árvores, dos animais aos moleques, das escravas à esposa” (ALMEIDA, 1987, p.64).

Alguns autores discorrem sobre essa atitude masculina como resultado da diferença e distância social entre os indivíduos, pela falta de mulheres brancas, presença das índias e negras. Sobre isso Algranti diz: “A distância da metrópole – que dividia muitas vezes os membros de uma família entre os dois lados do Atlântico -, a falta de mulheres brancas, a presença da escravidão negra e indígena” (ALGRANTI, 1997, p.84) eram fatores que, em uma sociedade estratificada, como essa se apresentava, dificultou padrões semelhantes ao europeu de organização familiar. Assim como a falta de recursos e produtos com os quais estavam acostumados os colonos no seu dia-a-dia, são também outros aspectos que segundo Algranti, levaram à transformação de práticas e de costumes constituídos no Reino, tanto os aspectos que se referem à constituição das famílias como os padrões de moradia, alimentação e hábitos presentes naquele momento.

Nos primeiros séculos de colonização, foram diversos os fatores que contribuíram e marcaram profundamente a singular formação familiar brasileira e modo de vida da sociedade. Segundo Corrêa assim se organizou a sociedade brasileira:

A trajetória da ocupação do território natural brasileiro e de seu espaço social foi assim apresentada como uma linha cheia, central, homogênea, que percorreu a nossa história acompanhada de perto, nas margens, por linhas pontilhadas: ramificações, veredas, afluentes secundários de um caminho seguramente traçado do exterior para o interior do nosso mapa, do fundo do nosso passado para o presente, dos campos para as cidades. (CORRÊA, 1993, p.16).

As ramificações, veredas e afluentes, eram modos singulares encontrados pela população brasileira, configurando uma sociedade que ainda estava por se firmar. É importante lembrar que, quando se fala em família patriarcal, deve-se deixar claro que ela não existiu isolada, autônoma e independente. O processo da formação da sociedade brasileira se apresentava também com configurações próprias na medida em que, além de se constituírem de diferentes tipos de uniões (sacramentadas ou não), os membros da família por vezes se dispersavam. Ora era o pai que se

¹ Entendida neste trabalho assim como define Mattoso: “Família patriarcal como a grande família, que vai se identificar com um tipo de parentesco ampliado pela presença de dependentes e escravos, cujo conjunto forma a família patriarcal” (MATTOSO 1988 p. 62-63).

ausentava a serviço da coroa, ora era o filho que abandonava o domicílio², ou partia numa expedição ao sertão. Isso sem contar as esposas e maridos que abandonavam a família para formar novas relações extra-conjugais.

O próprio caráter de uma sociedade estratificada, na qual a condição racial e legal fragmentava os indivíduos entre brancos e negros, livres e escravos, dificultava a tentativa de buscar, tanto no mundo urbano quanto no rural, ao longo de quase quatro séculos, padrões semelhantes de vida e de organização familiar.

No livro *História da vida privada no Brasil I* (1997) seguindo a lógica da composição de domicílios e de lares, diversos autores afirmam em seus textos que, identificaram durante suas pesquisas, domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros, o que poderia sugerir, nesse último caso possíveis relações homossexuais. Ainda identificaram domicílios em que mulheres viviam com seus filhos, porém, sem a figura do marido. São adaptações de moradias feitas, a partir das mudanças socioeconômicas e culturais que foram ocorrendo no país.

Vainfas destaca o que ele chama de “deleitações”, quais sejam as relações sexuais entre os diversos grupos que aqui se constituíam na colonização: portugueses e índias, senhores e escravas, padres e suas mucamas. Essas formas de contato acabaram promovendo a miscigenação e o povoamento da colônia (VAINFAS, 1997, p 238). E afirma ainda o autor:

Sexo pluriétnico, escravidão, concubinato, eis um tripé fundamental das relações sexuais na Colônia. No entanto, de modo algum quer isso dizer, como se afirmou muito tempo em nossa historiografia, que o casamento legal era raro na Colônia e somente restrito às famílias de elite, as quais aderiam ao matrimônio cristão para chancelar uniões conjugais com interesses patrimoniais. É certo que, entre as famílias bem aquinhoadas da América portuguesa, os patriarcas faziam valer com frequência seus interesses econômicos ao casarem suas filhas. Mas é igualmente certo, conforme a historiografia dos últimos anos tem indicado, que o matrimônio legal, difundiu-se muito além do estreito círculo dos “homens bons” da colônia.

Em particular, os estudiosos da família com base em fontes paroquiais – os mesmos, aliás, que criticaram a família patriarcal como modelo exclusivo de organização familiar no Brasil – demonstraram ter sido o matrimônio cristão bem mais difundido na sociedade colonial do que se supunha tradicionalmente. Essa conclusão valeria até mesmo para a população escrava, cuja prole, pesquisadas as listas paroquiais de batismo de várias partes da Colônia, logrou a atingir consideráveis índices de legitimidade. (VAINFAS, 1997, p.236).

Os agentes eclesiásticos da colonização tentaram por todos os meios transformar o Brasil numa parte legítima da cristandade romana, o que implicava, entre outras coisas, difundir o modelo matrimonial cristão: uniões sacramentadas e família conjugal, um discurso impotente diante da prática corriqueira, como afirma Vainfas (1997), de enlances entre senhores e escravas, utilização homossexual de cativos, paixões ou violências, que pontuavam, no mundo sexual, as relações entre os senhores e a senzala.

² Embora a morada tenha a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes, ela é também, segundo Algranti (1997), o local onde inúmeras atividades se desenvolvem no dia-a-dia.

Em Minas Gerais, a família foi marcada por conflitos permanentes entre Igreja e os costumes populares, uma vez que a cultura popular era por vezes igual a outras regiões coloniais brasileiras. Os tipos de relações consensuais familiares, apoiadas pelo compromisso informal entre os indivíduos, era visto pela Igreja como uma prática imoral, e como forma de combate, eram promovidas visitas dos bispados para averiguar o comportamento dos fiéis. Em cada povoado que chegavam, os visitantes eclesiais eram recebidos com avalanches de denúncias, sobre as mais diferenciadas formas de relacionamentos organizadas entre casais. Para tanto, buscou-se, como forma de solucionar “este problema”, ou seja, as uniões livres, sem oficialização da Igreja, a disseminação do que chamaram de família legítima.

Assim, a relação entre sexualidade e formação de organizações familiares é um tema que está muito presente na história, mas parece não ter o devido destaque na historiografia, que muitas vezes privilegia aspectos socioeconômicos em detrimento do destaque aos enlacs afetivos reprimidos dos estudos pela forte conotação sexual.

Nesse aspecto, torna-se relevante trazer o questionamento de Foucault, mesmo que direcionado à sociedade europeia sobre a relação entre sexualidade e repressão:

Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que há mais de um século se fustiga ruidosamente pela sua hipocrisia, fala prolixamente do seu próprio silêncio, obstina em pormenorizar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fizeram funcionar (...). A questão que gostaria de pôr não é a de saber porque é que somos reprimidos, mas porque é que dizemos, com tanta paixão, com tanto rancor contra o nosso passado mais próximo, contra o nosso presente e contra nós próprios, que somos reprimidos. Por que espiral chegamos ao ponto de afirmar que o sexo é negado, de mostrar ostensivamente que o escondemos, de dizer que o calamos – e isto formulando-o em palavras explícitas, procurando mostrá-lo na sua realidade mais nua, afirmando-o na positividade do seu poder e dos seus efeitos? É certamente legítimo perguntar porque é que durante tanto tempo se associou o sexo ao pecado – e bem seria preciso ver como se fez esta associação. (FOUCAULT 1994, p. 14-15).

Assim, tornam-se legítimos os discursos e as práticas sobre sexualidade e repressão, dentre as ações que se fazem necessárias para gerir a sociedade e obter corpos dóceis e governáveis. Entretanto, assim como uma forma de família pode ser imposta em uma sociedade, os sujeitos, conforme o lugar que ocupam, também podem burlar as imposições. Nos textos dos diversos autores aqui presentes, percebe-se a presença constante e diferenciada de discursos sobre a família contextualizados historicamente. Tentar definir o que é família, no nosso entendimento, exclui a possibilidade de que essa instituição se organiza de forma natural.

O que se nota são tentativas de adaptação com suas continuidades, descontinuidades e dispersões, pois a família, ao longo da história, passou por diferentes transformações, e ainda o faz, o reconhecimento da diversidade do conceito de família faz-se emergir quando analisado historicamente. Essa é uma instituição meramente conceitual de sua época, de seu tempo, “a história da *instituição familiar* só aparece como articulação exemplificadora da história do *conceito* de família”. (CERRONI, 1971, p.12).

ALGUNS ENUNCIADOS SOBRE A FAMÍLIA BRASILEIRA: IDEÁRIO CATÓLICO, POSITIVISMO, PENSAMENTO LIBERAL E O CÓDIGO CIVIL.

Entre os enunciados que se formaram na (assim como formaram a) sociedade no que diz respeito à composição familiar, podemos citar a influência da Igreja Católica com seu discurso moral, como um dos mais influentes. O pensamento católico que buscava o controle da sexualidade dos fiéis apregoava um modelo familiar tipicamente hierarquizado: marido – mulher - filhos. A figura do homem era apresentada como chefe da unidade familiar, o encarregado de oferecer-lhes o sustento econômico. A figura da mulher – esposa e mãe- era valorizada nos seus aspectos de submissão e fidelidade ao homem, chefe da família. Por fim, a figura dos filhos era colocada na perspectiva da obediência e dependência dos pais. O bispo de Mariana em 22 de novembro de 1892 propõe aos fiéis da sua diocese a fundação da Irmandade da Sagrada Família, seguindo a orientação da Santa Fé. Assim apresentava o exemplo da família de Nazaré, um aspecto sagrado do matrimônio:

117

Em São José, que foi dela o dito chefe, têm os pais exemplo vivo de vigilância, cuidado e desvelo, com que devem guardar, defender e zelar a vida e virtude de todos os membros; em Maria, acharão as mães o mais acabado modelo de amor, do respeito que devem ao marido, de sujeição e perfeita fidelidade; em Jesus, o Filho de Deus, que viveu submisso e obediente a José e Maria, têm os filhos o tipo divino de obediência aos pais (SOUZA, 1927 *apud* AZZI 1987. p.90).

Fica claro então o modelo de família definido e auspiciado pela Igreja, aquele em que o homem, no papel de marido e pai, é o que decide e governa o lar. Abaixo dele, a esposa e mãe, fiel e respeitosa, e por último, os filhos, submissos e obedientes às ordens paternas.

Neste ponto é importante mencionar que as datas para a comemoração do dia dos pais e do dia das mães têm origens vinculadas às tradições da Igreja Católica.

No Brasil, atualmente, o dia dos pais é comemorado no segundo domingo de agosto por motivos comerciais, mas a princípio, aproximadamente a partir do ano de 1953, a data escolhida, 14 de agosto, se referia ao dia do santo católico, São Joaquim - pai de Maria, a mãe de Jesus - nomeado como o patriarca da família. Em outros países como Portugal, Itália e Espanha, o dia dos pais é comemorado no mesmo dia de São José, 19 de março.

Não diferente, o dia das mães no Brasil foi instituído pela Associação Cristã de Moços, em maio de 1918. Atualmente é comemorado no segundo domingo de maio, em homenagem a Maria mãe de Jesus. Ou seja, é também uma data com simbolismo religioso, já que no mês de maio, é o mês em que a Igreja Católica comemora o dia de Nossa Senhora de Fátima, pois acreditam ser o mês em que a santa apareceu para três crianças em Portugal.

Mesmo com um modelo cristão de organização familiar apregoado pela Igreja, e disseminado nas comunidades, a população encontraria ainda, um jeito próprio de configuração familiar.

Nesse sentido, para a Igreja mineira, o casamento (re)apareceu como o lugar da concupiscência, onde o desejo e a carne poderiam viver devidamente domesticados pela finalidade suprema e sagrada da propagação da espécie. O vínculo conjugal,

sua indissolubilidade e estabilidade afastariam a luxúria dos casais, vivendo estes, relações de obrigação recíproca de uma sexualidade disciplinada sob a vigilância dos padres e da ordem cristã. Sua disseminação, no entanto, dependeria do fim das práticas extraconjugais adotadas pela população. Embora intimamente associadas, a ação da Igreja se dividia entre duas frentes muito nítidas: atacar as formas ilegítimas de relacionamento e administrar a produção de matrimônio. (FIGUEIREDO, 1997, p. 171).

Ainda segundo o mesmo autor: “A política de defesa do casamento para a constituição de famílias legais e o combate às uniões consensuais ganharia força redobrada nas comunidades que se formaram rápida e atropeladamente nas Minas Gerais” (FIGUEIREDO, 1997, p.167).

No Brasil, outras formas de pensamento com relação à família eram manifestadas. Vertentes contrárias ao ideário católico, como por exemplo, o pensamento positivista, fizeram parte dos questionamentos sobre alterações significativas da formação e divisão da família.

Em 1881, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, positivistas ortodoxos³ assumiam uma postura antiliberal, sobretudo no que diz respeito aos aspectos políticos e de organização social. No entanto mostravam-se favoráveis ao processo de industrialização e ao progresso científico do país. Segundo eles, tanto o pensamento católico, por estar imbuído de uma mentalidade retrógrada, quanto o pensamento liberal, por orientar a uma fragmentação da sociedade, não estavam aptos para reestruturar a instituição da família na nova ordem republicana. Teixeira Mendes assim expressa seus conceitos antiliberais:

Acabamos de notar dois graus na associação humana: um que tem por centro a mulher, outro que tem por centro o homem. O primeiro é a família, dissemos; e para saber ao que corresponde o segundo, basta ver que o elemento que predomina na agremiação masculina é a atividade. As mulheres acompanham os maridos, e estes agrupam-se em torno daquele que maior ascendente exerce pelo seu valor prático. Essa coordenação das famílias por uma atividade comum é que institui a pátria. A família deve ser considerada sob dois pontos de vista solidários: sob o aspecto político, ela é o elemento da sociedade; sob o aspecto moral, ela é o agente educador do homem, isto é, é no seu seio que o homem aprende a viver para a pátria e para a humanidade. (MENDES, 1902 *apud* AZZI 1987, p. 97).

O positivismo, portanto, pretendia estabelecer, entre outras coisas, o lar como universo próprio da mulher, e esta por sua vez “deveria permanecer virgem até o momento do matrimônio e dedicar sua vida à procriação e educação dos filhos” (AZZI, 1987, p. 100). Para os adeptos desse pensamento, a família continuava sendo uma organização hierárquica.

³ No período de transição de poderes, da Monarquia para a República, os adeptos do positivismo ortodoxo incluíam práticas religiosas a essa doutrina que foi disseminada na então capital federal, Rio de Janeiro, pela Escola Militar aos jovens militares influenciados pelas aulas do positivista Benjamin Constant. Esse grupo de intelectuais brasileiros declaravam publicamente suas opiniões sobre diversos assuntos, eram a favor de um regime ditatorial para o país, designada por eles “Ditadura Republicana”. Uma de suas conquistas pode ser percebida nos dizeres da bandeira do Brasil – Ordem e Progresso, posto que Raimundo Teixeira foi um dos idealizadores da bandeira. (MELLO, 2011).

Já o pensamento liberal, que chegou ao Brasil no século XIX defendia a liberdade política, econômica e a liberdade humana e tinha como um dos principais porta-vozes Rui Barbosa. Ao contrário dos positivistas, os liberais também consideravam a influência do pensamento católico extremamente nocivo para a instituição familiar. Esses intelectuais acreditavam que a educação católica presente no Brasil desde o século XVI, visava o controle da infância assim como das mulheres para instrumentalizá-los de acordo com suas finalidades religiosas, o que seria prejudicial para a liberdade política, econômica e humana. Denunciavam intenções não claramente explicitadas pela Igreja, como por exemplo, no que diz respeito ao envolvimento das mulheres com questões de ordem religiosa, que se daria no intuito de afastá-las das tarefas em casa, e condenavam também, a educação católica ministrada nos colégios. O jornalista Francisco Cunha escreveu no início do século XX:

O instinto de conservação da monarquia lhe fez ver que a disciplina católica era um excelente auxiliar de opressão e que, para combater o progresso da ciência e do direito, era preciso combater a razão e a consciência. Ora, quando se trata de combater estas mais nobres faculdades do ser humano, não se recorre ao canhão e à baioneta. Há uma única arma para esse fim: é a educação da infância e a fanatização da mulher (CUNHA, 1914 *apud* AZZI 1987, p. 103).

É válido ressaltar, que foram os representantes do pensamento liberal, que procuraram incentivar a participação da mulher na vida social, abrindo espaço para sua participação no universo cultural e educacional. Tobias Barreto, no período monárquico, já defendia na assembleia de Pernambuco, em 1879 outro papel para a mulher que não o de subserviência ao homem:

Entre nós, nas relações de família, ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deveria ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos. Curva-se como escrava à soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por modo mais suave, mais adequado à civilização. (BARRETO, 1879 *apud* AZZI, 1987, P. 106).

As famílias mais abertas às mudanças sociais encontravam nas escolas protestantes⁴ uma possibilidade de educação diferenciada, um lugar em que fosse oferecida uma educação diferente desse modelo católico moralizante a seus filhos. Nas primeiras décadas republicanas, existiram colégios de filosofia protestante de grande prestígio como, por exemplo, o Colégio Batista do Rio de Janeiro e o Colégio Mackenzie, de São Paulo.

Entretanto, é interessante notar que os discursos tanto do pensamento católico, quanto o positivista no que se referem a valores e ao conceito de família, foram os que prevaleceram, mantendo para o homem o espaço do trabalho e para a mulher, as funções do lar. Na primeira

⁴ O movimento protestante, iniciado no início do século XVI, por Martim Lutero, estivera marcado pela influência liberal. Dos Estados Unidos vieram as principais denominações religiosas, que ao final do século XIX começaram a investir na educação. Sendo eles: Presbiterianos, Metodistas e Batistas. (AZZI, 1987).

metade do século XX, um texto significativo que aponta a prevalência desse pensamento e dessa postura conservadores é o de Everaldo Dias, um líder do movimento operário que publica em uma crônica no ano de 1921 o seguinte:

Uma mulher esfarrapada estendeu para nós a sua mão. Não há nada de tão triste quanto o desamparo feminino. O homem não tem o direito de comer, enquanto uma mulher careça de alimentos. Ainda que pese a Ovídio, o macho deve manter a fêmea. (DIAS, 1921 *apud* AZZI 1987, p. 114).

Atitudes frente à divisão de responsabilidade familiar, no que se refere ao comportamento econômico e o papel dos membros definidos na organização familiar nesse período são definidos com o aporte também da lei.

Há, ainda, estudos que analisam o discurso legal sobre a família brasileira como um reflexo das relações econômicas. A instituição jurídica, como aponta Alves e Barsted analisando o Código Civil Brasileiro elaborado em 1916, “atua como mecanismo pedagógico, socializando os agentes sociais, produzindo crenças e sentimentos” (ALVES; BARSTED, 1987, p. 166). Esses mecanismos podem agir tanto como conservadores em relação às mudanças sociais, quanto podem delegar às instâncias jurídicas uma legitimidade como elemento de novos valores e ética social. No Código Civil encontra-se regulamentada a constituição do casamento, os “direitos e deveres do marido e da mulher, o regime de bens entre os cônjuges, as relações de parentescos e adoção, o pátrio poder, o dever de prestação alimentícia, o regime de herança, a tutela e a curatela” (ALVES; BARSTED, 1987, p.170).

Ainda em referência ao Código Civil, lê-se no capítulo II intitulado: “Os direitos e deveres do marido”, no artigo 233 que “o marido é chefe da sociedade conjugal (...)” e é dever do marido, na forma da lei, “prover a manutenção da família,” o que deixa claro a fixação de um modo de agir, de como o Estado interfere diretamente na classificação dos papéis socialmente estabelecidos, dentro do lar.

As posições dos indivíduos na família são pontualmente marcadas nesse momento. Os homens, com suas responsabilidades financeiras, no exemplo supracitado, e a mulher, voltada para o lar e cuidado dos filhos, como também apresenta Ana Maria Magaldi (2007) em seu livro *Lições de casa* ao analisar manuais destinados a moças nos anos da década de 1920 escrito por Júlia Lopes de Almeida destinados às esposas e mães que deveriam “aprender” como cuidar da família. No mesmo livro são apresentadas também concepções acerca da família por intelectuais como Cecília Meireles e Armanda Alvaro Alberto, analisadas, porém, a partir de fontes documentais diferenciadas. O papel da mulher, nesse período, se envolve na história da família, da criança, do trabalho, da literatura, e juntamente com o Estado, médicos e educadores, busca contribuir para formar uma sociedade forte e saudável. É importante pontuar que o discurso higienista, sinônimo de transmissão de hábitos e comportamentos saudáveis desencadeou ações políticas ligadas à saúde e à higiene. Isso colaborou para a afirmação de um determinado conceito de família que se desenvolveu desde o final do século XIX até o início do século XX, entendendo que as práticas que combatessem hábitos inadequados, tais como a condição de insalubridade muito presente nas formas de vida de uma população carente econômica e socialmente, poderiam ter eficácia se articuladas também dentro dos lares. Magaldi (2007) afirma que a família foi eleita como alvo dos discursos higienistas nos anos iniciais do século XX:

A constituição de uma nação organizada deveria incluir ainda outros elementos fundamentais que mobilizaram a atenção das elites intelectuais daquele tempo, como a transmissão de hábitos e comportamentos juntos à população, de maneira a se conformar um “corpo social saudável”. Nesse caso, era bastante recomendável que intervenções situadas no âmbito da saúde e educação caminhassem em estreita articulação entre si (...) foram muitos os intelectuais que, engajados no mencionado projeto “civilizador”, elegeram a família como alvo de suas ações. (MAGALDI, 2007, p.20).

Pode-se observar nos discursos sobre a família presente nos textos aqui selecionados uma ambiguidade. De um lado uma tentativa de configurar um tipo de família idealizado como o mais condizente com o tipo de sociedade que emergia nos processos de industrialização desde meados do século do XIX até os anos iniciais do século XX. Nele se nota a tentativa de impor um modelo de família burguesa progressista e liberal.

Por outro lado, os textos mostram também uma diversidade de configurações que não correspondem ao projeto de organização familiar desejada. Desta forma, os discursos que partiam das autoridades intelectuais apresentavam-se então como se fossem portadores de uma verdade inquestionável, tal a força de difusão de um modelo que a todo custo queria se impor na sociedade. Conforme questiona Foucault: “E o que está em jogo no discurso, se não o desejo e o poder na vontade de verdade?” (2010, p.19-20). Assim, muitos conceitos sobre a família, difundidos até hoje, manifestam-se mais como uma idealização do que uma presença facilmente constatada nas formas de relações parentais contidas nos relatos e textos de como essa organização social se formou no Brasil. Desta forma, configurou-se uma imagem de como a família deveria ser, como a família deveria se constituir e se apresentar, confundindo-se como a chamada família tradicional.

CONCLUSÃO

Diante da multiplicidade de discursos voltados para a família, o que interessou neste trabalho, não foi fragmentar o tema família em tópicos distintos. Pelo contrário, o interesse foi o de apresentar esse universo familiar para além do que é posto como modelo universal e único, ou seja, pretendeu-se mostrar formas de existência e configuração com suas adaptações em tempos e espaços diferentes. Com isso, é possível notar as mudanças da família no Brasil ao longo dos anos, que se reorganiza, modifica, se adapta às situações sociais, religiosas e política.

Pode-se afirmar que, atualmente, a constituição e configuração da família parece algo sólido, como uma instituição duradoura, inquestionável por conta de seus laços de sangue. Uma definição presente em um dicionário da época da década de 1920 apresenta a família da seguinte forma: “O pai, a mãe e os filhos, e mais pessoas do mesmo sangue, vivendo em comum: família numerosa. Pessoa do mesmo sangue, vivendo ou não em comum” (DICCIONÁRIO, 192? p.475).

Com isso deliberada ou inadvertidamente são deixadas de fora configurações familiares de muitas outras formas tais como: mães ou pais solteiros, separados, uniões não legalizadas, filhos adotivos, entre muitas outras formas possíveis de formação de família presentes a muitos séculos na sociedade. Além disso, a forma de família produzida se aproxima ou se associa à escola, no intuito de moldar a sociedade para instaurar um pretense convivo harmonioso de hábitos civilizados. Mas

será que alguma vez, em algum lugar isso foi possível? Foucault nos exorta a questionar e a desconfiar, a *priori*, de tudo que é dado e pensado como pronto.

E preciso abandonar essas sínteses fabricadas, esses agrupamentos que são aceitos antes de qualquer exame, essas ligações cuja validade é admitida de saída: rejeitar as formas e forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos; aceitar ter relação apenas, em primeira instância, com uma população de acontecimentos dispersos. (FOUCAULT, 2008, p.88).

Percebe-se que os discursos sobre a família, tanto o moral, quanto o religioso e o do Estado, caminham na mesma direção, idealizando uma forma de organização familiar que nem sempre é a existente. É possível afirmar que, ainda hoje, a família brasileira é bombardeada por esses discursos. Entretanto é preciso questionar a eficiência desses discursos, uma vez que o conceito de família não se refere apenas a um pai, uma mãe e filhos. Há uniões homossexuais, avós que cuidam de seus netos, relacionamentos bígamos, e assim as múltiplas possibilidades de relações entre as pessoas vai constituindo a família brasileira. No entanto, isto não quer dizer se está configurando a nova família brasileira porque, pelo que foi mostrado, o que parece prevalecer é a heterogeneidade dessa organização desde tempos passados.

O que se pretendeu mostrar, neste trabalho, foi principalmente como os discursos sobre a família eram apresentados e disseminados na sociedade brasileira, os quais diziam respeito à constituição de um ideário de família.

Na realidade o conceito de família é definido por diversas instituições que se ocupam em produzir enunciados a este respeito. Essas instituições assumem uma posição e procuram ocupar um espaço de poder e a partir daí, elaboram discursos e tentam coloca-los na sociedade.

A partir dos diversos estudos sobre a família, percebe-se que se trata de uma criação do espírito humano e de sua cultura, e não um objeto concreto, palpável. Entender a família como uma configuração de uma relação biológica corre o risco de empobrecer a investigação, pois a família não pode ser definida unicamente a partir dos laços consanguíneos. Por outro lado não se pretendeu nesse trabalho apontar para um conceito novo ou mais adequado sobre o que é ou o que deve ser a família. É preciso também levar em conta as formas convencionais de definição e formação familiar que circulam amplamente na sociedade entre as quais aquelas defendidas pelas instituições religiosas.

Ao lançar mão da historiografia tem-se uma visão ampliada das variadas formas de abordagens sobre o tema. A família foi/é uma maneira de ordenar a vida social, o que gerou uma série de conjuntos e valores que marcaram características singulares da cultura que gira em torno dela. A família existe na diversidade, na transformação.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez./2012.

ALMEIDA, Angela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1987, p. 53-66.

ALVES, Branca Moreira; BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Permanência ou mudanças: a legislação sobre a família no Brasil. In: RIBEIRO, Ivete (org.). **Família e valores**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 165-188.

AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete (org.). **Família e valores**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p. 85-120.

BLOCH, Marc. Introdução e A História, os homens e o tempo. In: **Apologia da história**, ou: o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 41-68.

BRASIL, **Código civil dos estados unidos do Brasil**. Promulgado em 01 de janeiro de 1916. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em 19 de março de 2012.

CERRONI, Umberto. Considerações sobre a relação família-sociedade. In: **A crise da família** e o futuro das relações entre os sexos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971, p.11-50.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto et.al. **Colcha de retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 15-42.

DICCIONÁRIO PRÁTICO ILLUSTRADO. Livraria Chardron. Portugal (192?).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** A vontade de saber. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

_____. Sobre a arqueologia do das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: _____. **Arqueologia das ciências e da história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 82-116.

_____. **A ordem do discurso**.- 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa**: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira. **O Apostolado Positivista do Brasil e a primeira constituição republicana**. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo, *Anais eletrônicos*: ANPUH-SP, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FREITAS, Marcos Cezar. **Da micro-história à história das idéias**. São Paulo: Cortez, 1999.

PERROT, Michelle, et al. (org.). **História da vida privada, 4: Da revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**, ou da educação. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1987, p. 25-36.

VAINFAS, Ronald. Moralidades brasílicas. In: SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). **História da vida privada no Brasil 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273.

Artigo recebido em 31/ago./2012. Aceito para publicação em 2/dez./2012. Publicado em 2/jan./2013.

Como citar o artigo: AMORIM, Kamila; ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes. Análise de discursos sobre a família brasileira: uma perspectiva historiográfica. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez./2012. p. 109-124. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: DIA mês ANO.